



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-Eixo: Ênfase em Controle social e Sujeitos Políticos

CIDADANIA E SAÚDE MENTAL: POTENCIALIZANDO A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Patrícia da Silva Coutinho¹
Paulo Vitor Moreira da Silva²

Resumo: O presente estudo consiste em uma análise da atuação do assistente social na saúde mental, compreendendo como instrumento potencializador a promoção de discussões e debates sobre a cidadania e as políticas públicas. Para tanto, busca-se viabilizar nesta reflexão recortes da realidade do cotidiano de atuação profissional do assistente social, que a partir de oficinas temáticas e proposição de espaços de debates críticos, trabalha para que seja possível estimular a (re)construção da autonomia e do protagonismo das pessoas em tratamento no Centro de Atenção Psicossocial Casa Viva em Juiz de Fora/MG.

Palavras-chave: Saúde Mental; Cidadania; Serviço Social.

Abstract: The present study consists of an analysis of the social worker's role in mental health, including as a powerful tool the promotion of discussions and debates about citizenship and public policies. In order to do so, it seeks to make feasible in this reflection the reality of the daily routine of the social worker, who, based on thematic workshops and proposing spaces for critical debates, can be used to stimulate the (re) construction of autonomy and the protagonism of people in treatment at the Casa Viva Psychosocial Care Center in Juiz de Fora / MG.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Machado (2009), o campo da Saúde Mental é marcado por um dilema que articula, de forma complexa, as conquistas no campo social e no campo psicossocial, com o desenvolvimento de processos de subjetivação que buscam a autonomia e a reinvenção da sociabilidade, trabalho, moradia, lazer, educação etc. Nessa perspectiva, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são considerados um dispositivo estratégico da política de saúde mental, e um dos elementos centrais nas propostas da Reforma Psiquiátrica.

O movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira se constitui como principal eixo norteador

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: patriciacoutinhoss@gmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: patriciacoutinhoss@gmail.com.

da conquista e exercício da cidadania das pessoas acometidas com transtorno mental, se constituindo como premissa dos serviços substitutivos, ou seja, um dos eixos do trabalho no CAPS é o desenvolvimento de ações que têm como objetivo fomentar a participação dos usuários nos processos de tomada de decisões acerca dos seus direitos e proporcionar a construção de sua autonomia.

O conceito de cidadania deve ir além do conhecimento de direitos e deveres, deve ser entendido a partir de uma perspectiva política. Dessa forma, o cidadão é aquele indivíduo que possui autonomia para decidir sobre ele mesmo e sobre assuntos relacionados à sociedade como um todo.

A cidadania é conquistada no dia a dia, nas ações, discussões e criação de possibilidades, não podemos deixar de registrar que a inclusão do termo cidadania e seus pilares se constituíram como um importante pressuposto da política nacional de saúde mental. Nesse sentido, foi observada a necessidade de trabalhar com as pessoas acometidas pelo transtorno mental que frequentam o CAPS, o conceito de cidadania através de uma oficina, tendo como pressuposto debater e discutir temas como direitos e deveres, políticas públicas, cultura, dentre outros, fomentando os usuários à construção efetiva de seus direitos, através de participação em espaços de tomada de decisões como assembleias, conselhos, associações, entre outros, como configura nacionalmente a Política de Saúde Mental.

Este estudo salienta que deve ser premissa de atuação profissional a troca de conhecimentos entre profissionais e usuários do CAPS sobre a cidadania e participação política nos diversos espaços de debate acerca das políticas públicas. Afirma-se que através do trabalho em oficina com grupos de usuários do CAPS Casa Viva são debatidos diversos temas que incidem sobre a cidadania e os direitos na sociedade.

Nessa perspectiva, são levantados questionamentos diários em torno da garantia da proteção social da sociedade, pois entende-se que se torna imprescindível debater a defesa dos direitos sociais, políticos e civis previstos nas diversas normativas.

2. O SERVIÇO SOCIAL E A CIDADANIA

Os debates e estudos sobre cidadania com usuários de saúde mental, têm, portanto, como proposta, debater de forma crítica com essas pessoas assuntos relacionados aos direitos sociais e políticos, a fim de fomentar a autonomia e reinserção social, contribuindo na construção de cidadãos críticos e reflexivos acerca de seus direitos. Nesse sentido, através do uso da prática de socialização de informações e da reflexão crítica, é possível favorecer a troca

de saberes e de experiências entre esses sujeitos, promovendo um espaço de discussão e reflexão acerca dos assuntos debatidos relacionados à cidadania.

Compreender que a necessidade de espaços de diálogo, escuta e reflexão, que permita aos sujeitos pensar sobre o exercício de cidadania, possibilita a participação ativa e crítica nos espaços sociais, bem como o compartilhamento de experiências e interação no que se refere às expressões sociais, favorecendo a integralidade entre usuários e profissionais, contribuindo assim para o fortalecimento da atenção integral e humanizada, e a inclusão dessas pessoas.

A relação histórica construída pelo Serviço Social brasileiro com as políticas sociais se materializa nas análises e na produção teórico-crítica referente ao tema e, também, pela participação de assistentes sociais e de suas entidades representativas nos movimentos em defesa dos direitos sociais e do Estado democrático (BOSCHETTI, 2004). De acordo com o código do Serviço Social um dos princípios fundamentais da profissão é a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 1993)

É a partir da vinculação histórica e direcionado pelo projeto Ético Político Profissional que o Serviço Social tem se constituído como uma profissão que desenvolve análises e problematizações acerca das políticas sociais bem como em relação aos espaços de controle social democrático. Os estudos desenvolvidos pela profissão têm constituído material de referência tanto para os sujeitos que integram os espaços de controle social e das políticas públicas, quanto para outras categorias profissionais.

O capitalismo na atualidade sob a égide do neoliberalismo orquestra um ataque aos direitos sociais o que decorre em prejuízos nefastos a toda classe trabalhadora.

Nesse sentido, é fundamental aprofundar o debate sobre a importância das políticas sociais e dos direitos sociais. Ressalta-se também que o CAPS deve utilizar linguagem e metodologia que possibilitem a real compreensão por parte dos sujeitos acerca da importância que esses direitos representam. Desse modo, há uma exigência clara da realidade desses sujeitos a recursos que vão além da linguagem como instrumento da atuação. É importante ressaltar as contribuições de Yamamoto e Carvalho (2002) que apontam que o conhecimento e a linguagem são imprescindíveis instrumentos de trabalho do assistente social.

Entendemos que o Serviço Social é uma profissão que intervém nas expressões da questão social e é preciso considerar que a legitimidade social da profissão é conferida pelas respostas oferecidas às demandas profissionais, estas, em sua maioria, configuradas enquanto demandas imediatas e emergenciais. Consideramos que é preciso ultrapassar a imediatidade cotidiana para conhecer a realidade em suas múltiplas determinações, principalmente, porque segundo

Coelho (2013, p.90) “a essência se oculta cada vez mais na imediatividade da vida cotidiana”.

Faz-se necessário debater sobre os conceitos de cidadania, uma vez que esta importante categoria percorre o imaginário social e as legislações do campo da saúde. A cidadania está articulada ao conceito de democracia, que se refere a soberania popular, ou seja, presença das condições sociais e institucionais que possibilitam aos cidadãos a participação ativa na formação do governo e no controle da vida social. Deste modo, a cidadania é entendida como capacidade conquistada por alguns indivíduos de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades da realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. Nesse sentido, a cidadania resulta de uma luta permanente, construída socialmente.

O debate sobre a cidadania é perpassado por sua vez pela compreensão dos direitos na sociedade capitalista. O “direito natural” enquanto ser humano teve um papel revolucionário na medida em que afirmava a liberdade individual e negava a desigualdade oriunda da hierarquia, porém seus seguidores defendem assim o direito à propriedade. Os direitos são fenômenos sociais e as demandas sociais só são satisfeitas quando assumidas pela instituição que assegura a legalidade positiva, o Estado. Os direitos têm sempre sua primeira expressão na forma de expectativas de direito.

Em termos marxistas a democracia pode ser compreendida como uma tentativa de superação da alienação na esfera política, é a construção coletiva do espaço público, com a plena participação consciente de todos na gestão e no controle da esfera política. Compreendida ainda como sinônimo de soberania popular, participação ativa de todos os cidadãos na formação do governo e em consequência no controle da vida social.

As conquistas da democracia enquanto afirmação efetiva da soberania popular, o que implica necessariamente o direito ao voto e à organização (em suma, o direito à participação), têm resultado sistematicamente nas lutas dos trabalhadores contra os princípios e as práticas do liberalismo excludente.

Como todos os âmbitos da vida social, também a esfera das políticas sociais é determinada pela luta de classes. Através dessas lutas, os trabalhadores postulam direitos sociais que, uma vez materializados, são sua indiscutível conquista – isso não anula a possibilidade de que, em determinadas conjunturas, a depender da correlação de forças, a burguesia use as políticas sociais para desmobilizar a classe trabalhadora, para tentar cooptá-la.

Através da conceituação de cidadania é visível o aspecto antagônico na relação entre cidadania plena e o capitalismo, que expressa a contradição entre cidadania e classe social.

Pois a universalização da cidadania é, em última instância, incompatível com a existência de uma sociedade de classes, ou seja, a divisão da sociedade em classes constitui limite intransponível à afirmação consequente da democracia. (COUTINHO, 1997)

No entanto, a cidadania, que está em constante construção, muitas vezes é confundida com o direito de exercer o poder político através do voto. Maria de Lourdes Manzini Covre, em seu livro intitulado “O que é Cidadania?”, deixa claro que cidadania está longe de ser o ato de votar, que isso não garante nenhuma cidadania, se não vier acompanhado de determinadas condições de nível econômico, política social e cultural. (COVRE, 1992, p. 8-9). O direito político se constitui em apenas um dos itens referentes à cidadania, ela é muito mais abrangente. Ser cidadão é ter consciência de que se é um sujeito possuidor de direitos: direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, aos direitos civis, políticos e sociais etc.

3. RELATO DA EXPERIÊNCIA DO CAPS III CASA VIVA

As Oficinas de Cidadania acontecem, semanalmente, nas manhãs das terças-feiras e tem como público-alvo as e os assistidos do Centro de Atenção Psicossocial que estão no serviço em atenção diária ou para aquelas e aqueles que estão acolhidos em leitos.

A equipe de trabalho que coordena e facilita as Oficinas é composta por uma assistente social, um assistente social residente e uma estagiária.

A temática das oficinas é sempre proposta pelo coletivo de participantes na semana que antecede sua realização. Nesse sentido, a equipe tem uma semana para refletir e planejar a metodologia e a execução das atividades da Oficina. As e os participantes das Oficinas de Cidadania compõem um grupo heterogêneo de pessoas adultas. O grupo também é composto por pessoas idosas, sendo todas e todos usuários do serviço.

Para além de abordar a temática proposta pelo coletivo, a equipe de trabalho busca correlacionar o tema proposto com os direitos sociais, civis e políticos e ainda com as questões relacionadas à condição de saúde dos indivíduos e das coletividades. Objetiva-se que as oficinas sejam um espaço para o compartilhamento de saberes o que pode potencializar processos de reflexões e de ampliação de consciência, de protagonismo e mesmo de aprofundamento da autonomia dos sujeitos.

Por se tratar de uma Oficina, a metodologia empregada é participativa, o que demanda o envolvimento direto dos partícipes. A cada encontro, a equipe de facilitadores e os participantes constroem, de forma colaborativa, um material informativo sobre a temática trabalhada. Dessa

forma o resultado da Oficina alcança um público indireto, mais extenso, composto por outros usuários do Serviço, já que o material produzido é afixado na sala onde acontece a maior parte das outras Oficinas do Serviço. Durante as Oficinas construímos cartazes, varais, murais, panfletos, entre outros recursos informativos. A escassez de recursos no cenário de prática profissional se apresenta como um dos desafios para a realização da Oficina, demandando da equipe estratégias criativas no sentido de contornar tal condição.

Temas como Diversidade e Tolerância Religiosa, Saúde, Políticas, Programas, Equipamentos e Serviços Públicos, dentre outros, foram abordados na Oficina de Cidadania no primeiro semestre de 2019.

A Oficina de Cidadania do CAPS Casa Viva é um espaço privilegiado onde se potencializa, junto aos sujeitos, a defesa e a promoção dos Princípios da Reforma Psiquiátrica, do Sistema Único de Saúde público, gratuito, de qualidade e de acesso universal e o caráter terapêutico da liberdade.

Em 2018, a professora e assistente social, Sabrina Pereira Paiva, tutora em Serviço Social do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Universidade Federal de Juiz de Fora, propôs parceria aos profissionais preceptores da residência para a execução de um projeto de extensão construído coletivamente por profissionais e alunos. Com o título “PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL NA SAÚDE MENTAL EM JUIZ DE FORA/MG: construindo estratégias e enfrentando desafios”, este importante projeto tem potencializado a ação do Serviço Social na RAPS em Juiz de Fora-MG, demarcando espaços profissionais e notoriedade às ações de cidadania e controle social.

Na perspectiva do fortalecimento do controle dos usuários sobre os serviços de saúde, acreditamos que o controle e a participação devem se dar no sentido possibilitar a atuação de setores organizados da sociedade civil na gestão das políticas públicas, no sentido de controlá-las, para que atendam, cada vez mais, às demandas e aos interesses dessas classes. Neste sentido, o ‘controle social’ envolve também a capacidade que as classes subalternas têm, em luta na sociedade civil, para interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos seus interesses de classe, tendo em vista a construção de sua hegemonia. Nesse sentido, a concepção de controle social, que aqui utilizamos, consiste na participação social dos cidadãos na construção e regulação das políticas públicas. Tal noção baseia-se na premissa de que é importante garantir que os diferentes segmentos da sociedade e as representações da população, de um modo geral, possam participar desde as formulações das políticas públicas (sob a forma de planos, programas e projetos), acompanhamento e avaliação da execução das mesmas até a definição da organização de recursos para que estas se conformem de acordo com interesses da coletividade. Neste sentido, o controle social pode ser entendido como uma conquista jurídica e institucional da participação social. (PAIVA, s/p, 2018)

O projeto apresenta como proposta

Refletir e atuar no sentido de estimular a participação e controle social no contexto da saúde mental em Juiz de Fora é tarefa fundamental para todos aqueles sujeitos envolvidos com a concretização dos princípios basilares da Reforma Psiquiátrica em curso, quais

sejam: a cidadania, a autonomia e a reinserção social. Esse projeto de extensão, que tem como proposta a dinamização/renovação dos espaços de participação existentes na saúde mental do município e a construção coletiva de formas alternativas de participação e controle social, envolvendo todos os sujeitos (usuários, familiares e trabalhadores) presentes no cotidiano dos serviços de atenção psicossocial em Juiz de Fora/MG. (PAIVA, s/p, 2018)

É possível notar que o projeto, além de integrar as ações do Serviço Social nos CAPS, estimula a participação e o controle social junto aos usuários em um contexto a favor dos preceitos da reforma psiquiátrica, possibilitando a construção de caminhos, na busca da superação do modelo asilar e de possibilidade de autonomia e consciência crítica.

4. REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, I. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.79, Ano XXV, p.108-132, esp.2004.

COELHO, M. Imediaticidade na prática profissional do Assistente Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética do/a Assistente Social*. Lei 8.662/93. Brasília, 1993.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. *Praia Vermelha*, São Paulo, ano, n. 1, p. 145-165, 1997.

COVRE, M. L. M. O que é cidadania. São Paulo, Brasiliense, 1999

IAMAMOTO, M, V. e CARVALHO, R. de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2008.

MACHADO, G. F. O trabalho do Serviço Social nos CAPSs. *Revista Textos & Contextos* Porto Alegre v. 8 n.2 p. 241-254. jul./dez. 2009.

PAIVA, S. P. PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL NA SAÚDE MENTAL EM JUIZ DE FORA/MG: construindo estratégias e enfrentando desafios. Projeto de Extensão. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.